

Instituto de Estudos Sócio-Ambientais



BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA

v. 26, n. 1, jan./jun. 2006

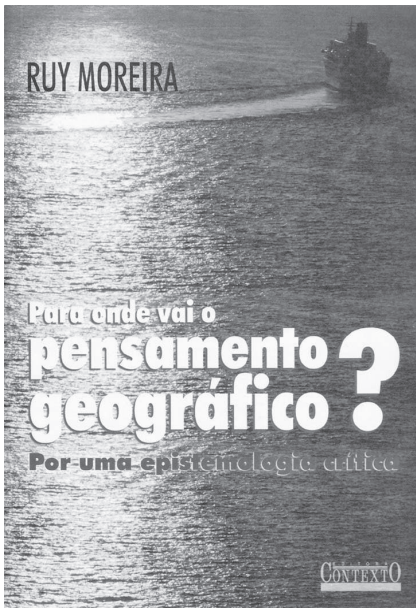


Resenha

RESENHA

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006

Lucas Maia dos Santos - UFG
maiaslucas@yahoo.com.br



Em estilo rápido, didático e conciso, Ruy Moreira, com seu mais recente *Para Onde Vai o Pensamento Geográfico?* aborda de maneira crítica e inovadora a história, a epistemologia e a metodologia do pensamento geográfico, fazendo uma análise dos rumos que a ciência geográfica na contemporaneidade está trilhando. Introduce o livro com a crítica da “razão fragmentária”, forma de organização do pensamento em geral e das ciências em particular, fundamentada no positivismo. A resposta a este tipo de concepção do saber produziu na geografia o que ele denominou de modelo N-H-E (natureza-homem-economia). Entretanto, mesmo sendo uma resposta, segue reproduzindo o modelo fragmentário, já que a natureza é máquina, o homem é estatístico e a economia é fragmentada. Deste modo, para estabelecer-se uma “geografia da civilização” sem a estrutura N-H-E é necessário, em primeiro lugar, fazer-se a crítica da geografia baseada neste modelo.

A história do pensamento geográfico seguiu, em linhas gerais, três períodos bem característicos: a) *A baixa modernidade e o holismo iluminista dos séculos XVIII e XIX*; b) *A modernidade industrial e a geografia fragmentária dos séculos XIX e XX*; e c) *A ultramodernidade e a tendência pluralista atual*.

O primeiro período caracteriza os prenúncios da geografia moderna e se constitui basicamente de dois momentos: um primeiro no qual o geógrafo alemão Foster e o filósofo também alemão Emmanuel Kant trazem os primeiros elementos teóricos (Kant) e metodológicos (Foster) para uma compreensão moderna da geografia; e num segundo momento, no qual Humboldt e Ritter, “os reais precursores da geografia moderna” (MOREIRA, 2006, p.20), se encarregarão de lhe dar o estatuto teórico-metodológico necessário. Ou seja, Foster traz as questões metodológicas, o objeto, os elementos empíricos, mais na tradição corológica da geografia. Kant, por sua vez, preocupa-se com o estatuto teórico da geografia, preocupação advinda do seu sistema filosófico de classificação das ciências.

Mas é à Ritter e a Humboldt que devemos o mérito de a um só tempo terem formulado as questões de cunho geográfico em suas dimensões teórica e metodológica. Ritter parte, em seu método, tanto da concepção de Foster quanto de Kant. Do primeiro vem a descrição corológica e do segundo a idéia de “região-parte e espaço-todo”. Por isto para ele a geografia é uma ciência ao mesmo tempo indutiva e dedutiva, derivando daí sua idéia de “individualidade regional”. A geografia deve, deste modo, ir da “observação à observação”, segundo proposição de Ritter, pois indutivamente reconhece-se ou descreve-se a superfície terrestre, para dedutivamente ir-se particularizando as “individualidades regionais”, encontrando-se as particularidades e semelhanças presentes nas várias regiões encontradas.

Humboldt, por sua vez, não parte da “individualidade regional”, mas da globalidade da superfície terrestre em suas dimensões orgânica, inorgânica e humana, cuja ação intermediadora é a esfera orgânica, notadamente a “geografia das plantas”. O método é o mesmo indutivo-dedutivo, porém para o velho naturalista o ponto de partida é a globalidade, ao passo que para o historiador é a “individualidade regional”,

Moreira assim resume as duas concepções:

Tanto Humboldt quanto Ritter são holistas em suas concepções de geografia. Enquanto Ritter vai do todo (...) à parte (...), de modo a daí voltar ao todo para vê-lo como um todo diferenciado em áreas. Humboldt vai do recorte – a formação vegetal – ao todo – o planeta terra –, de modo a voltar à geografia das plantas como o elo costurador da unidade do entrecortado das paisagens, ambos se valendo do método comparativo e do princípio da corologia. (p. 22)

O segundo período, *A modernidade industrial e a geografia fragmentária dos séculos XIX e XX*, foi construído a partir da desconstrução do holismo

característico do romantismo iluminista. A fragmentação do saber não é algo singular à geografia, mas sim uma tendência que passou a dominar a organização do conhecimento científico na virada do século XIX para o XX. O positivismo é sua matriz paradigmática.

Na geografia, esta nova ordem paradigmática se materializou no surgimento das “geografias sistemáticas”, originadas das interfaces da geografia com as outras ciências. Da geografia com a geologia surgiu a geomorfologia, com a meteorologia, a climatologia, com a biologia, a biogeografia e assim por diante. Mas a esta tendência fragmentadora opôs-se uma contra-tendência, que também surgida como manifestação geral à fragmentação das ciências, na geografia repercutiu-se com a criação das conhecidas *geografia humana*, *geografia física* e *geografia regional*. Mesmo sendo uma resposta à fragmentação, elas vieram na trilha do positivismo e o negando somente em parte, por isto são também uma expressão deste novo paradigma.

Esta tendência contraditória à fragmentação na geografia, em Reclus, por exemplo, manifesta-se como um retorno a Ritter cuja volumosa obra expressa a influência do pensador alemão. Ratzel, influenciado pelo positivismo organicista de Herbert Spencer busca a unidade na relação do homem com a natureza mediada pelo Estado conformando o território. La Blache, pelo contrário, a partir do positivismo de Emile Durkheim buscará tal relação na idéia de “síntese regional”, perspectiva de produção geográfica que se espalhou pelo mundo inteiro no século XX. Na mesma esteira vêm Alfred Hettner trazendo o conceito de “diferenciação de áreas”, que tal como em Ritter não há sentido em se falar em geografia regional e sistemática, posto que o espaço é o produto da disposição diferenciada de áreas. Não há uma região singular, mas diferentes áreas.

Entretanto, como observa Ruy Moreira, quando se refere à obra de Vidal de La Blache, não há um, mas três La Blaches. Há o La Blache dos *Quadros de Geografia da França*, cuja categoria central era a “região”, donde vem a geografia regional que conhecemos hoje. Há o La Blache dos *Princípios de Geografia Humana*, donde deriva a “geografia da civilização” tendo como categoria central os “gêneros de vida”; e por fim há um terceiro, o da *França de Leste*, cujo caráter é explicitamente político, donde se pode falar em uma “geografia política” em La Blache.

É justamente entre a obra de Ratzel e o segundo La Blache que Ruy Moreira encontra os fundamentos de uma “geografia da civilização” a qual “é em suma, uma combinação da geografia física com a geografia humana, mas como terceiro campo de aglutinação (não a geografia regional)” (MOREIRA, 2006 p. 37).

Por fim, o terceiro período, *A ultramodernidade e a tendência pluralista atual*, aborda como o pensamento atual vem se configurando e como a geografia nele se insere. A crítica ao pensamento fragmentário, iniciada nos anos 1960/70, entra na geografia através da crise e do discurso ambiental. Caracteriza-se pela criação de um novo holismo, no qual gerou grande ressonância a introdução do marxismo com a tese da humanização da natureza e naturalização do homem pela via do trabalho. A fenomenologia de Edmund Husserl e Merleau-Ponty, onde a idéia do vivido passa a ter grande importância. Na Geografia, o pensamento fenomenológico entra não como uma filosofia das essências, mas sim da existência e se materializou na geografia da percepção, na geografia humanista, cultural e histórica.

E por fim, tem-se neste período a introdução do pensamento quântico, que não possui, de acordo com Moreira, um referencial filosófico preciso, bem definido ou único. Antes, embasa-se numa nova era técnica, cuja bioengenharia é uma de suas manifestações mais recentes e de implicações mais profundas com relação à crítica ao pensamento fragmentário. Ela exige uma nova percepção em relação ao meio ambiente, é um novo holismo ambiental.

Este novo período, em síntese, do ponto de vista filosófico:

(...) é, antes, um ponto de cruzamento entre as várias correntes de filosofia que brotam do embate com o positivismo desde a virada do século XIX, do marxismo à fenomenologia husserliana e à analítica existencial de Heidegger, chegando ao desconstrucionismo de Derrida e à complexidade de Morin – hoje acelerada pela tradução do pensamento quântico numa nova era técnica (...). (p. 43)

Desta maneira analisada, percebe-se que a história do pensamento geográfico foge ao velho modelo de interpretação, no qual tem-se: a) a sistematização da geografia; b) a geografia tradicional e c) a renovação da geografia. Nesta maneira tradicional ou usual de se analisar a história do pensamento geográfico, o que está em jogo é a sucessão cronológica dos períodos pelos quais a geografia já passou, as diferenças imanentes entre um e outro e a idéia de que um sucede completamente o outro de maneira linear e absoluta.

Na exposição feita por Ruy Moreira, vimos que um período não só sucede outro, mas também traz consigo elementos do anterior, reconvertidos à lógica do novo paradigma no qual se inserem. Esta perspectiva é mais adequada, pois permite perceber ou encontrar as redescobertas de elementos dos períodos anteriores nos que os sucedem.

Assim, a “geografia da civilização” construída é, como dissemos logo no início, estruturada no modelo N-H-E. Esta história recontada da geografia nos serve de base para compreendermos a construção das concepções que a geografia foi construindo acerca dos conceitos de Natureza, de Homem e de Economia. E é precisamente esta geografia que Ruy Moreira tenta refutar ao longo de todo o livro, com o objetivo de construir uma geografia da civilização sem esta estrutura.

Este modelo é uma resposta à fragmentação positivista da geografia. A idéia de ciência de *síntese* ou de *charneira* entre as ciências da natureza e da sociedade emerge como crítica a esta fragmentação. O problema está no conteúdo da crítica, que ao invés de negar, reafirma o paradigma fragmentário.

Esta forma de produzir o conhecimento geográfico gerou o que ele denomina de “homem atópico”, ou seja, é aquele está, mas nunca è. Está fora da natureza, do espaço e por conseguinte, da sociedade. As relações que estabelece com estas partes é sempre uma relação de fora, de externalidade, por isto ele não é natureza, não é espaço e também não é sociedade.

Além desta concepção de homem, a geografia da civilização baseada no modelo N-H-E apresenta sérios problemas em sua definição, em sua episteme e por conseqüência no seu método. Já foi definida por inúmeras formas, mas podemos agrupá-las nestas três concepções: a) ciência da descrição da terra; b) da relação homem/meio; e c) da organização do espaço. Sua episteme vai da descrição à taxonomia, ou seja, do reconhecimento da superfície terrestre à classificação das várias áreas. Esta característica epistemológica tem conseqüências no método, pois torna-se uma ciência com muita informação, mas sem explicação.

A busca de superação destes impasses culmina na tentativa durante toda a história da geografia em construir uma ciência unitária, baseada cada qual na procura de nexos estruturantes que dêem uma conectividade global aos fenômenos objetos de preocupação da geografia. Assim, a noção de recorte do todo está em Kant como “região-parte e espaço-todo”, em Ritter como “individualidade regional”, em La Blache como “síntese regional”, em Hettner como “diferenciação de áreas”. Também em Humboldt está presente esta noção totalizante, mas não como recorte de áreas, pois para ele a unidade está na interação entre as esferas inorgânica, orgânica e humana intermediadas pela esfera orgânica via recorte da “geografia das plantas”. Esta perspectiva é retomada no novo holismo ambiental, no qual há a “síntese da vida por meio de processos fotossintéticos” (p. 30). Ratzel buscou também estenexo estruturante com seu conceito de “espaço vital”. O segundo La Blache

com seu “gênero de vida”, o qual segundo Ruy Moreira teve grande influência na construção do conceito de “meio técnico-científico-informacional” de Milton Santos. Também o conceito de “situação” de Pierre George segue nesta direção. Carlos Walter Porto Gonçalves trabalha recentemente com a idéia de grafia do espaço, ou seja, não é a descrição da terra que conta, mas sim a *grafia* que os atores sociais gravam na superfície terrestre, ou seja, o signo se torna a coisa e a coisa o signo. Também os conceitos de lugar, território, escala etc. são nexos estruturantes da geografia. Todas estas tentativas buscam a construção de uma geografia unitária.

Mas estas transformações na ciência geográfica não são fortuitas ou meramente um produto da mente inventiva dos geógrafos. A geografia, tal como as ciências como um todo, acompanham o movimento da sociedade em sua totalidade. O mundo se transforma. A política e a técnica, o meio ambiente e a cultura. Constitui-se na contemporaneidade um novo espaço. Estamos caminhando do espaço como “meio técnico-científico-informacional”, segundo diagnóstico de Milton Santos para um bioespaço, no qual a engenharia genética e a bioengenharia desempenham papel central. É este bioespaço que começa a ganhar forma na contemporaneidade.

Assim, “De Volta ao Futuro”, capítulo que encerra o livro, é uma necessidade, pois o modelo mecânico de reprodução social ou o mecanicismo na interpretação do espaço social, no qual predomina a repetição mecânica, está, segundo avaliação de Ruy Moreira, em crise. O bioespaço, contrariamente à repetição mecânica, pauta-se na recriação sempre renovada da vida. A emergência de novas realidades exige a criação ou renovação das categorias, conceitos e teorias. A idéia de bioespaço é uma tentativa neste sentido. É necessário, entretanto, não pararmos nunca.